

**Nome:** Rodrigo Andia Araújo

**E-mail:** rod.andia@yahoo.com.br

**Instituição de Ensino:** USP

**Orientador:** Prof. Dr. Maurício Cardoso Keinert

## KANT E A <REFLEXÃO> COMO MECANISMO TRANSCENDENTAL DA *FACULDADE DE JULGAR* INTERPRETAR A “HISTÓRIA DA FILOSOFIA”

**Resumo:** Querendo partir de um pressuposto *judicativo* que exige da “razão pura” uma função terapêutica que designa o estatuto de sua pureza e também de um *tribunal*, a proposta deste trabalho será a de arriscar uma leitura nada comum do pensamento kantiano. A saber, de que o projeto crítico, na sua generalidade discursiva de ser a princípio um exame transcendental das faculdades e não propriamente dos livros e dos sistemas, também está apoiado em um método que solucionaria a *aporia* de sua história. Só esta condição nos permitiria, como queremos, conceber aquela última possibilidade que ainda permanecia vazia no sistema, isto é, de pensar como parte integrante da filosofia crítica não só uma “história da razão pura” como também de uma história que fosse “filosofante” do ponto de vista do julgamento e da interpretação do passado da filosofia. Segundo Kant, esta, no entanto, só seria possível dentro de uma concepção transcendental se um *esquema* fosse admitido onde a ideia, ao menos nesta perspectiva, já se encontraria esboçada na forma de um “monograma”. Neste sentido, o primeiro passo da nossa reflexão será demonstrar que a recepção da história da filosofia, pelo menos a partir da publicação da *Crítica da razão pura*, só nasce através de uma experiência própria do filósofo que só foi possível de ser determinada ou condensada a partir de uma consciência amadurecida do juízo. Só este amadurecimento da consciência crítica, dirá Giuseppe Micheli, permitiria Kant empreender sobre a história da filosofia uma teoria da interpretação, isto é, como se o princípio pressuposto na razão na forma de um esquema fosse justamente esta regra que colocaria a história sob uma *perspectiva* apenas *ideal* ou interpretativa dos sistemas filosóficos.

Assim, mesmo que o filósofo em geral tenha declarado já no *Prefácio à segunda edição da Crítica* sobre uma suposta falta de método na metafísica, e de que a partir dela

“(…) se pode estar sempre convencido de que um tal estudo acha-se ainda bem longe de ter tomado o caminho seguro de uma ciência, constituindo-se antes um simples tatear”, só a partir desta aquisição crítica e própria da razão que surgiria ao mesmo tempo no filósofo a consciência desta historicidade empreendida pela história da filosofia. Este passo nos parece determinante na resolução e no enfrentamento de nosso primeiro problema especulativo, isto é, de que apesar da história da filosofia ser para Kant um “campo de batalha” onde neste combate não houve ainda vencedor algum, vista por ele como “edifícios em ruínas”, a possibilidade mesma de um sistema para história não se dissolveria, e muito menos se excluiria de uma crítica, principalmente se o objetivo fosse justamente este, permitindo o filósofo (que já está de posse agora da ideia do todo através de uma consciência arquetônica da razão) também empreender a possibilidade, como se quis no último capítulo da *Crítica*, de uma *história da razão pura*. Nesses termos, mesmo Kant convicto de que já havia introduzido um “acabamento” mais correto para esta ideia, e de que a arquetonicidade da razão já encontrara uma completude própria através de um procedimento crítico, confessaria por isso que “é um infortúnio que só após termos seguido por muito tempo as indicações de uma ideia oculta em nós ao coletarmos rapsodicamente, como material de construção, (...) se nos tornou primeiramente possível vislumbrar a ideia em meio a uma luz mais clara e esboçar arquetonicamente um todo segundo os fins da razão”.

Então, mesmo que esta passagem possa nos indicar, nessas circunstâncias transcendentais, uma característica constante da sistemática do pensar kantiano, cujos princípios encontram-se em meio a uma ideia que só poderia ser projetada a partir de um ideal conjectural, Kant já estaria convicto de que além de se comportar como “germe”, ou propriamente como “membros”, seria verdade também que todos a possuíam “o seu esquema na razão, o qual simplesmente se desenvolve”. Então, a partir desta colocação, o que era apenas uma analogia existente entre o conceito e a referida imagem, transforma-se agora, para o filósofo, em *esquemas* da razão, ou melhor, em *arquétipos*, fazendo com que a essencialidade do pensar filosófico seja justamente esta condição que tornaria possível uma história filosofante da filosofia. Mesmo considerando esses elementos conceituais, (que caracterizam de alguma forma o pensar sistemático da filosofia kantiana a respeito do seu julgamento sobre as filosofias do passado), como eles então poderiam ser admitidos,

segundo Micheli, numa interpretação apenas conjectural ou ideal da filosofia enquanto conhecimento racional se são justamente esses mesmos sistemas que estão sendo “julgados” consistentemente pela filosofia kantiana? Contudo, se a nossa hipótese a princípio estiver correta, o que exprimiria enquanto capacidade esta legalidade transcendental da razão buscar um esquema ideal e não apenas conjectural para a história, transformando-a em um sistema da razão pura, seria exclusivamente a capacidade da reflexão. Somente ela como dispositivo heurístico transcendental colocaria o jogo das faculdades que interpretam o passado no curso certo da experiência, como se a amadurecida faculdade de julgar depreendida pela *Crítica* fosse exatamente este empreendimento *reflexionante* e mais consistente com o qual Kant agora *julgaria* objetivamente uma dada filosofia do passado.

**Palavras-chave:** história da filosofia – esquema – razão – linguagem – ideia.